

JHSF solicita autorização para voos comerciais no Aeroporto Catarina

Pedido está relacionado com administração de tráfego aéreo na região

A incorporadora de alto padrão JHSF solicitou autorização para a operação de voos comerciais a partir do Aeroporto Catarina - campo de aviação privado localizado no município de São Roque, a cerca de 50 km da capital.

De acordo com as informações, o requerimento é influenciado pelo seu impacto na administração do tráfego aéreo na região mais movimentada do país. O movimento também retoma o estudo sobre aviação comercial em aeroportos privados no Brasil. Segundo a agência Bloomberg, o tema está sob análise do Ministério de Portos e Aeroportos, que aguarda um parecer de sua área jurídica sobre como as regras para permitir essas operações deveriam ser feitas.

Atualmente, o Aeroporto Catarina é restrito a jatos particulares e táxis aéreos.

O debate se dá em um contexto de intensa sobrecarga da infraestrutura aeroportuária paulista, que abriga os dois aeroportos com maior fluxo de passageiros do país, Congonhas e Guarulhos. Ambos operam sob restrições relevantes, sobretudo nos períodos de maior movimento, o que acaba limitando a expansão do número de voos e criando obstáculos para a abertura de novas rotas.

O Correio da Manhã entrou em contato com a JHSF,



Atualmente, o Aeroporto Catarina é restrito a jatos particulares e táxis aéreos

que administra o Catarina, que afirmou que a incorporadora "não vai se manifestar sobre o tema".

Histórico

Criada pela família de José Auriemo Neto, a JHSF figura entre as principais incorporadoras de alto padrão do país, com atuação no mercado imobiliário residencial de luxo e abrange centros comerciais, hotéis e restaurantes associados a grifes internacionais renomadas.

Uma eventual autorização

para que o Aeroporto Catarina passe a receber voos comerciais significaria um passo relevante na ampliação da frente de aviação do grupo e poderia inaugurar uma nova linha de receitas.

De acordo com informações disponíveis no site da companhia, a JHSF iniciou as operações do Catarina em 2019. Situado a aproximadamente 50 quilômetros da capital paulista, o empreendimento se posiciona como o primeiro aeroporto internacional brasileiro voltado exclusivamente à aviação execu-

tiva, com funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia. Caso a mudança seja aprovada, segundo as informações, a empresa teria de erguer um terminal destinado a passageiros e realizar investimentos adicionais na infraestrutura da pista.

O debate envolvendo o aeroporto da JHSF ganhou novo fôlego no fim de 2025, diante de preocupações reforçadas com a escassez de slots (autorizações de horário para pouso e decolagens em um aeroporto) em Congonhas, principal aeroporto

doméstico do país. O terminal opera muito próximo do seu limite, o que restringe a capacidade das companhias aéreas de ampliar frequências ou inaugurar novas rotas.

Aviação no Brasil

Ainda de acordo com a Bloomberg, o avanço dessas conversas expõe a crescente pressão sobre o sistema de aviação no Brasil, em especial em São Paulo, que concentra Congonhas e Guarulhos, os dois aeroportos com maior movimentação do país.

A expectativa do governo é de que, ao longo da próxima década, o volume de tráfego aéreo na região metropolitana chegue próximo ao limite operacional, o que tem estimulado a busca por alternativas capazes de ampliar a capacidade sem recorrer à construção de novos aeroportos públicos.

Legislação

Hoje, a legislação brasileira autoriza apenas aeroportos públicos a receberem voos comerciais regulares. Embora o tema esteja hoje disciplinado por decreto, há o entendimento de que qualquer mudança exigiria a tramitação de um projeto de lei. Essa interpretação é objeto de análise por áreas jurídicas, segundo fontes familiarizadas com o assunto.

Parque Ecológico em Leme fecha temporariamente

Reprodução/viajantesemfim.com.br



Atendimentos adequados estão sendo providenciados

Na quarta-feira (21), no município de Leme, o Parque Ecológico Mourão foi fechado para visitação ao público. O fechamento dos portões foi motivado pelo adoecimento do morador mais antigo do parque, o hipopótamo Juninho.

A Prefeitura de Leme afirmou que não há previsão para a reabertura do bosque. Explicou, ainda, que a interdição ocorre por causa do estado de saúde do hipopótamo, que vive na cidade desde a década de 1970. Nos últimos dias, o animal apresentou sinais de fraqueza, o que exigiu cuidados e monitoramento veterinário.

Profissionais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente fizeram os atendimentos iniciais e adotaram as medidas cabíveis. Para reforçar o acompanhamento, equipes técnicas dos zoológi-

cos de Americana e de São Paulo irão até o local para oferecer suporte especializado.

Sobre o parque

Aberto ao público no fim da década de 1970, o espaço ocupa cerca de 16 hectares e reúne

extensa área verde, com árvores e plantas, além de lago, trilhas, cantinho da leitura, playground e outros equipamentos voltados ao lazer e à recreação. O parque também se destaca pela diversidade de espécies de aves que vivem no local.

Ibama barra a maior termelétrica do Brasil

O Ibama indeferiu o licenciamento ambiental da Usina Termelétrica São Paulo, projetada para ser a maior do país e prevista para o município de Caçapava, no interior paulista. A decisão foi comunicada à empresa responsável nesta quarta-feira (21).

De acordo com o órgão ambiental, pendências não解决adas no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) impedem a comprovação da viabilidade ambiental do empreendimento, impossibilitando atestar a compatibilidade locacional do projeto. A análise técnica apontou que duas solicitações de ajustes feitas pelo Ibama não tiveram atendimento considerado satisfatório.

Com potência instalada de 1.743,8 megawatts e movida a gás natural, a usina foi anunciada em 2022 pela empresa Natu-

ral Energia e seria instalada na região do Vale do Paraíba. Em janeiro de 2024, o processo de licenciamento já havia sido suspenso pela Justiça Federal de São Paulo, após pedido do Ministério Público Federal.

Durante a avaliação, o Ibama concluiu que a empresa não conseguiu justificar a escolha do local, nem assegurar disponibilidade hídrica suficiente para a operação. Também foram identificadas fragilidades nas estimativas de emissão de poluentes atmosféricos, na gestão de resíduos e lacunas sobre impactos à fauna e à flora, além de insatisfação com as medidas compensatórias propostas.

Com base nesses pontos, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, acatou a recomendação técnica e determinou o arquivamento do processo de licenciamento.